

Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social**

**Sub-eixo: Ética, Direitos Humanos e enfrentamento das expressões cotidianas da alienação e da barbárie**

**DIVERSIDADE SEXUAL E AS VIVÊNCIAS LGBTI+: APONTAMENTOS A PARTIR DA IMBRICAÇÃO DE RAÇA/ETNIA, GÊNERO E CLASSE NA POPULAÇÃO LGBTI+ BRASILEIRA**

**TATHIANE CONCEIÇÃO SILVA DE SOUZA<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

A pesquisa objetiva apreender a imbricação de raça/etnia, gênero e classe nas vivências e acesso a direitos de pessoas LGBTI+. A partir do método do materialismo histórico-dialético e da pesquisa bibliográfica, foi possível apreender como a sociabilidade do capital utiliza-se da diversidade como fundamento para desigualdade social, explorando e violando sujeitos LGBTI+ da classe trabalhadora.

**Palavras-chaves:** População-LGBTI+; Diversidade-humana; Direitos-Humanos.

## **ABSTRACT**

This research aims to understand the overlap between race, gender and class of the life and access for the rights of LGBTI+ population. On the historical-dialectical materialism method and through bibliographical research, was possible understand how the capitalist society use of the diversity as substantiate to social inequalities, exploring and violating individuals LGBTI+ of the working class.

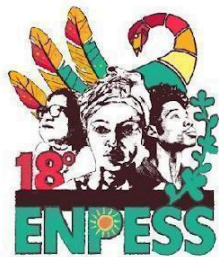
**Keywords:** LGBTI+-population; Human-diversity; Human-rights.

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa faz parte de estudos e pesquisas desenvolvidos no mestrado em Serviço Social e objetiva apreender a imbricação de raça/etnia, gênero e classe nas vivências e acesso a

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Direitos Humanos de pessoas LGBTI+<sup>2</sup> da classe trabalhadora. Partimos da apreensão de que a sociedade de classes é pautada na existência de duas classes sociais antagônicas, a classe dominante e a classe dominada. Ao longo da história da humanidade em que essa forma de sociabilidade se instaurou, diferentes modos de produção se instauraram e produziram e reproduziram uma sociedade fundamentada na desigualdade social mediante exploração e opressão do trabalho de diferentes populações. A formação econômica, política e social do Brasil é marcada fortemente pelo processo de colonização, marcada pela violência e autoritarismo do colonizador que, a partir de uma análise da totalidade, essa figura era um homem, burguês, branco, cristão e cis-heterossexual.

Além disso, esse processo foi conduzido mediante a exploração do trabalho escravo da população negra, bem como do genocídio e etnocídio da população indígena que aqui habitava, determinações essas que incidem fortemente na vivência e acesso aos Direitos Humanos da população negra brasileira - aqui entendida enquanto pessoas pretas e pardas. Nesse sentido, ao abordar a realidade da população LGBTI+ no país, é necessário atentar que o próprio segmento possui particularidades na sua vivência e na forma de acessar direitos básicos que garantem, minimamente, sua dignidade humana e cidadania, que são determinados - também, mas não somente - pela imbricação de raça/etnia, gênero e classe social.

Para desenvolver estas análises e realizar as investigações aqui propostas, utilizou-se o procedimento metodológico da pesquisa bibliográfica em autores/as que discutem a temática da diversidade humana, bem como da diversidade sexual e de gênero, para apreender o segmento LGBTI+ como fruto da diversidade humana. Ademais, adotou-se o método do materialismo histórico-dialético para analisar a realidade em tela a partir de uma perspectiva de totalidade, no entendimento que os sujeitos sociais não são indivíduos abstratos e descolados de seu tempo histórico, mas sim são síntese de múltiplas determinações que incidem sobre eles a cada momento histórico, bem como da forma com que esses sujeitos se apropriam dessa realidade.

Ademais, o artigo está estruturado em quatro itens: na introdução, iniciamos a discussão e abordamos nossos objetivos de pesquisa, bem como procedimentos metodológicos. No segundo item, buscamos apreender os sujeitos que compõem a população LGBTI+ como fruto da diversidade humana, sendo esta um elemento ontológico da individualidade dos sujeitos sociais.

---

<sup>2</sup> A sigla do movimento de diversidade sexual e de gênero já passou por diversas mudanças ao longo da história. Nesta pesquisa, optou-se pela utilização da sigla LGBTI+ que tem sido a formulação mais consensual dentro do movimento no Brasil, com um sinal de “+” ao final para contemplar o caráter plural das sexualidades e identidades de gênero e não incorrer em sua estabilização.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ademais, buscamos realizar análises, ainda que iniciais, a respeito da incompatibilidade do modo de produção capitalista com a diversidade humana. No terceiro item, buscamos apreender as imbricações de raça/etnia, gênero e classe social na vivência e acesso a Direitos Humanos da população LGBTI+. Por fim, no último item, a conclusão, indicamos algumas considerações finais sobre a temática e apontamos questões que buscam dar continuidade à pesquisa.

## **2. A DIVERSIDADE SEXUAL E DE IDENTIDADE DE GÊNERO COMO FRUTO DA DIVERSIDADE HUMANA: contribuições ontológicas**

A diversidade sexual e de gênero é apreendida aqui como fruto da diversidade humana, que é dimensão ontológica da individualidade (Santos, 2019). Para melhor apreensão dessa sentença, é necessário realizarmos algumas análises a respeito do surgimento do ser social a partir do trabalho ontológico e a formação de sua individualidade conforme a perspectiva Lukacsiana analisada por Lessa (2016a).

Ao estarem diante da realidade concreta e seus obstáculos, os sujeitos incorporam-na e constroem respostas, no nível de sua mente, às situações que serão posteriormente objetivadas na realidade. Esse processo é o que a tradição Lukacsiana irá denominar de prévia ideação. Assim, os indivíduos transformam a realidade para atender às suas necessidades materiais<sup>3</sup> e, nesse processo, transformam a vida material a sua volta e a si mesmo em um processo de objetivação e exteriorização, respectivamente.

Assim, o trabalho ontológico funda o ser social e demais elementos que constituem o gênero humano, sendo este distinguido radicalmente dos processos biológicos a partir da capacidade teleológica da prévia ideação do que será objetivado. Nesse sentido, corroboramos com a análise de que:

É a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social (Lessa, 2016b, p. 65).

---

<sup>3</sup> É substancial destacar que, se apropriando das análises marxistas, abordamos a materialidade enquanto categoria que contempla as determinações econômicas, sociais e culturais de um determinado tempo histórico e não em análises economicistas do marxismo, que equivocadamente tratam a vida material como sendo apenas o âmbito econômico.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesse processo de troca, de transformar a realidade e a si mesmo, os indivíduos incorporam elementos do real e vão se construindo mediante o que denomina-se de individuação, pela qual os sujeitos constroem sua individualidade. Assim, esta dimensão de cada indivíduo contém, essencialmente, componentes sociais provenientes da realidade concreta, pois são construídas a partir do retorno das objetivações postas na realidade. Dessa forma, analisamos que os seres sociais são essencialmente históricos, tendo em vista que para reproduzir-se enquanto gênero humano e desenvolver sua individualidade têm que transformar a realidade a sua volta.

Nesse sentido, endossamos com as contribuições de Lessa (2016a, p. 56) ao analisar que “Lukács discute exaustivamente como as formas singulares, fenomênicas, de cada uma das individualidades são também (portanto, não são apenas) portadoras das determinações mais genérico-essenciais do ser social a cada momento histórico”. Desta sentença do autor, podemos inferir que a construção das formas de ser de cada indivíduo só é viável a partir de sua interação com a formação social a que ele faz parte.

Na realidade concreta, em determinado tempo histórico, os sujeitos ao se depararem com os obstáculos postos e, ao incorporar àquela realidade no nível de sua mente a fim de superá-lo para atender suas necessidades, as possibilidades de objetivações são inúmeras. No entanto, nem todas se tornarão ato na realidade, tendo a consciência dos sujeitos um papel ativo nas escolhas que eles farão nesse processo. Além disso, a mediação dos processos valorativos se constitui como central no direcionamento social da objetivação dos sujeitos sociais. Nessa perspectiva:

ou os valores impulsionam as individualidades a posições teleológicas mais mediadas socialmente, mais genéricas, valorizando positivamente as reais exigências postas pelo desenvolvimento da humanidade enquanto gênero, ou, pelo contrário, estimulam a adoção de alternativas centradas na particularidade da individualidade que se compreende como mônada (Lessa, 2016b, p. 160).

Assim, ainda que nem todas as possibilidades venham a se tornar realidade, podemos evidenciar que “[...] as ações humanas podem, e o fazem com frequência, alargar os limites do possível” (Lessa, 2016a, p. 58). Nesse sentido, as ações da humanidade ao longo dos processos históricos são capazes de tornar a complexidade interna dos seres humanos cada vez maior e suas possibilidades de ser cada vez mais heterogêneas.

Essas análises fundamentam nossa apreensão de que a diversidade humana se constitui como uma dimensão ontológica da individualidade, estando inerente a dimensão



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

humano-genérico. Ao longo da história da humanidade, homens e mulheres constroem e reconstróem suas necessidades e as formas de satisfazê-las, processos esses que acontecem apenas na interação social. Nessa perspectiva, podemos apreender a dimensão da diversidade humana enquanto diferentes formas dos indivíduos se apropriarem das relações sociais vigentes, bem como se constituírem no mundo, considerando - como analisado anteriormente - as determinações sociais que neles incidem. Nesse sentido, gesta-se as dimensões e expressões da diversidade em distintas esferas da vida social, em que:

[...] os indivíduos são, portanto, seres abertos ao novo, mais que isto, são criadores de novas possibilidades. Isso vale para o conjunto de relações em que estão envolvidos: no trabalho, na política, no circuito afetivo e da sexualidade da vida social (Santos, 2005, p. 53-54).

Tendo em vista as questões aqui discutidas, temos acordo com as teses de Cisne e Santos (2018) ao analisarem que, ao passo em que a individualidade dos sujeitos é construída na interação com a realidade concreta, até mesmo as dimensões mais particulares dos seres sociais são sínteses de múltiplas determinações que incidem sobre uma pessoa em dado momento histórico.

Feita essas análises, apreendemos nessa pesquisa a diversidade sexual e de gênero como fruto das distintas formas dos seres humanos conceberem e expressarem seus modos de se relacionarem afetivo-sexual com outros sujeitos e de sua identificação com as construções sociais do feminino e do masculino, como uma das expressões da diversidade humana, conforme analisa Cisne e Santos (2018). Essas categorias explanadas não necessariamente coincidem com seu sexo biológico e com os padrões impostos e hegemônicos da sociabilidade burguesa - a cisgeneridade e heterossexualidade - sendo as duas aqui entendidas como dimensões da vida que possuem uma construção sociocultural atrelada ao tempo histórico dos sujeitos.

Nesse ínterim, com o advento da propriedade privada, sociedade de classes, Estado e das relações sociais alienadas, houve e há uma tentativa de limitar essa diversidade, pois existe a necessidade de fortalecer os complexos sociais que permitem a manutenção dessa forma de sociedade, a exemplo da família nuclear monogâmica. Esta é caracterizada por Lessa (2012) enquanto instituição social, baseada no cis-heteropatriarcado<sup>4</sup>, composta por um homem, detentor

<sup>4</sup> Aqui, destacamos e caracterizamos o cis-heteropatriarcado conforme Saffioti (2015, p. 104), como um “[...] um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres”, o qual constrói modelos e atribuições para homens e mulheres. Ademais, analisamos que esse sistema de dominação impacta também os indivíduos que questionam o modelo imposto pelo cis-heteropatriarcado - a cis-heterossexualidade - como única possibilidade de vivência afetivo-sexual, ou seja, interdita a vida das pessoas LGBTI+, sendo uma de suas formas de materialização a discriminação e o preconceito de caráter LGBTifóbico.

de poder na relação, e uma mulher, na posição de submissão àquele, que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído socialmente no nascimento – cisgêneros –, em uma relação fechada e aptos à reprodução.

A família monogâmica tem como seu fundamento e função o controle dos corpos e da sexualidade dos indivíduos, sobretudo das mulheres, surgindo da necessidade de se gerar um filho homem herdeiro para a propriedade privada se perpetuar na classe dominante (Lessa, 2012). Nesse sentido:

A sexualidade em geral, assumiu uma significação social negativa. Era uma forma de expressão pessoal incompatível com a nova ordem patriarcal, somente sendo permitido dentro dos limites rígidos da família monogâmica dominada pelo homem. Este fato resultou em que a homossexualidade, pela primeira vez, era um fenômeno condenado. As relações homossexuais da mulher, como também as heterossexuais, eram limitadas pela dominação patriarcal. As relações sexuais do homem eram mais livres do que as da mulher. Porém, aquelas relações masculinas que não resultassem herdeiros eram condenadas pelo sistema patriarcal (Okita, 2007, p.33-34).

Nesse contexto, surge a rejeição e violência contra às relações afetivo-sexuais e identidades de gênero que desestabilizam o padrão binário da cis-heterossexualidade reproduzidas, naturalizadas e impostas por instituições sociais funcionais a sociedade de classes, a exemplo da família monogâmica, religião cristã, dentre outras instituições sociais inerentes a sociedade de classes, por serem funcionais a essa forma de sociedade, como é o caso das vivências da população LGBTI+. Tendo em vista que o sistema do capital tem como base fundante a apropriação privada da riqueza socialmente produzida e a produção e reprodução de desigualdades sociais, ele se apropria das relações sociais fundadas na sociedade de classes, a exemplo da família monogâmica, a partir da necessidade de hierarquizar corpos e deslegitimar vivências a fim de precarizar, explorar e oprimir indivíduos.

Nesse sentido, assim como o capitalismo se apropria da família monogâmica para construir desigualdades e exploração, o cis-heteropatriarcado, sistema que estrutura àquela forma de família, e o racismo são sistemas de dominações que imbricam-se com o capitalismo e compõem o sistema patriarcal-racista-capitalista (Cisne, Santos; 2018), determinando relações desiguais nas diferentes dimensões da vida social que obstaculiza a vivência da liberdade substantiva dos sujeitos.

Assim, embora a população LGBTI+ na sociabilidade capitalista seja alvo do preconceito LGBTIfóbico, que interdita e obstaculiza sua vivência e cidadania, determinantes sociais de raça/etnia, gênero e classe particularizam a forma de um sujeito LGBTI+ expressar sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

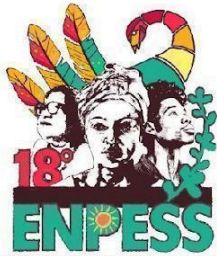
sexualidade, suas vivências e o acesso a condições básicas para uma vida minimamente digna em uma sociabilidade que violenta-nos cotidianamente. Nessa perspectiva, o item a seguir buscará analisar a imbricação de raça/etnia, gênero e classe nas vivências de pessoas LGBTI+ da classe trabalhadora, bem como no seu acesso aos direitos humanos, que garantem minimamente sua dignidade humana e acesso à cidadania.

### **3. CAPITALISMO E VIVÊNCIAS LGBTI+:** imbricações de raça/etnia, gênero e classe social na vida de pessoas LGBTI+

A formação do povo brasileiro é marcada por um processo de colonização, caracterizado pelo genocídio, etnocídio e exploração dos corpos e do trabalho da população negra ao longo de vários séculos. Ademais, outra marca que a história da sociedade brasileira carrega e se reflete no cotidiano dessa população é o fato do país ter sido o último das Américas a abolir a escravidão, que, embora tenha sido fruto de processos de resistência e combatividade da população negra que aqui habitava, foi um processo conduzido sem reparação de anos de degradação de diferentes âmbitos da vida objetiva e subjetiva desse segmento.

Nesse sentido, no Brasil, as relações raciais se apresentam com particularidades. Enquanto um país capitalista, ainda que de economia dependente, Cisne e Santos (2018) analisam que o trabalho apresenta três estruturas basilares de uma sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, são elas: a divisão social, fundada no antagonismo entre a burguesia e a classe trabalhadora; a divisão racial, fundada nas relações sociais de raça, em que características físicas são associadas a aspectos morais e psicológicos dos sujeitos; e a divisão sexual do trabalho, fundada nas relações patriarcais de gênero, em que a diferença entre homens e mulheres são utilizadas como fundamento para desigualdade, em que os dois possuem papéis distintos socialmente destinados a eles, sendo o dos primeiros considerados hierarquicamente de maior prestígio social.

A partir dessas análises, avaliamos que é importante caracterizar que o processo de colonização brasileiro foi feito por homens, brancos, burgueses, heterossexuais e cisgêneros. Assim, corroboramos com as análises de Veiga (2018) ao abordar que:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] o homem, branco, hétero estabeleceu-se como padrão; e a mulher, a transgeneridade, o negro, o índio (*sic*), o *gay* foram relegados à condição de fora do padrão. O estabelecimento de um determinado modo de ser no mundo, forjando-se a partir da negação de outros modos de ser, não pode se dar senão por um processo de violência (Veiga, 2018, p. 77).

Nessa perspectiva, as formas de violência que o modo de produção capitalista (MPC) estabeleceu com esses segmentos populacionais que transgridem os modelos aceitos e funcionais para manutenção da propriedade privada e a produção e reprodução de desigualdades sociais, que são fundantes no MPC, são alvos de diferentes formas de exploração e precarização de suas vidas nessa sociabilidade do capital.

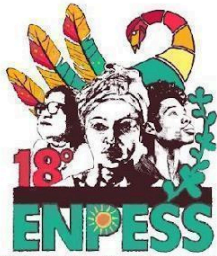
A partir dessas análises, é possível afirmar que, embora sujeitos LGBTI+ sejam alvo de violência e violações de direitos, desde os direitos sexuais na infância e adolescência - entendendo aqui a orientação sexual e identidade de gênero como pertencentes a esse rol -, até violações no âmbito da escola, trabalho, etc., os segmentos LGBTI+ pertencentes a classe trabalhadora e racializados terão suas vidas impactadas por essa LGBTIfobia de uma forma particular, pois a base material e concreta das relações sociais no sistema hetero-patriarcal-racista-capitalista são marcadas pela imbricação de raça/etnia, gênero e classe. Sobre isso, Kergoat (2010) analisa que:

as relações são consubstanciais; elas formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e 'raça' se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p. 94).

Nesse sentido, diferentes âmbitos da vida social dos sujeitos são formulados por relações sociais desiguais determinadas por essa imbricação ora apresentada, que submetem os indivíduos a exploração e opressão que obstaculizam e limitam a vivência da liberdade substantiva nessa sociabilidade capitalista, e no âmbito da sexualidade isso não é diferente.

Ao analisar a vida de homossexuais negros/as, Veiga (2018) aborda os processos de diáspora da população negra no período da escravidão, onde estes foram forçadamente aliados de seus territórios de origens, sendo sua cultura, traços e vivências alvo de desumaização e subjugação em prol da exploração do seu trabalho em colônias, a exemplo das Américas. Nesse contexto, o autor sentencia que os colonizadores produziram "[...] um senso de humanidade à sua imagem e semelhança, ou seja, quanto mais próximo da brancura, mais reconhecido como humano se é; quanto mais próximo da negritude, menos humano se é" (Veiga, 2018, p. 79).





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Nesse processo de diáspora de sua casa, Veiga (2018) analisa que o povo negro vive “[...] num ambiente antinegro, racista, que opera com inúmeros dispositivos para exterminá-lo. Não há descanso e muito menos a possibilidade de se sentir em casa, mesmo estando vivendo no Brasil há cerca de quinhentos anos” (p. 80), em um contexto em que os colonizadores produziram um ambiente em que quanto mais próximo da branquidão, mais humanizado será sua vivência (*ibid*).

Nesse contexto, a descoberta da sexualidade dos povos negros, já desapropriados de seu território, com seus corpos, vivências e culturas desumanizadas, constitui uma segunda experiência subjetiva de diáspora dessa população, pois “a masculinidade ocidental que sustenta a lógica violenta do patriarcado é branca” (Veiga, 2018), características essas muitas vezes reproduzidas por pessoas negras em uma tentativa de legitimação mínima de suas vivências e como reflexos das determinações do processo colonizador.

Nesse ínterim, para LGBTI+ negros, os espaços das famílias, quilombos, do movimento negro, dentre outros espaços de resistência dessa população podem não representar o acolhimento desses sujeitos quando transgridem a cis-heterossexualidade, tornando suas vivências particulares dos demais sujeitos LGBTI+ não negros. Aqui, julgamos importante demarcar que não se trata de hierarquizar violências, tampouco minimizar as formas de violações que LGBTI+ brancos são submetidos cotidianamente. Trata-se de analisar como os determinantes das relações raciais de uma população historicamente oprimida, precarizada e explorada incidem na individualidade desses sujeitos e particularizam suas vivências quando se descobrem LGBTI+.

Ademais, além de impactar suas vivências, outro aspecto importante a se destacar é como as imbricações de raça/etnia, gênero e classe impactam no acesso dos sujeitos LGBTI+ negros aos direitos humanos, que proporcionam minimamente a dignidade humana. Sobre isso, Santos e Silva (2018) analisam o direito à cidade como um direito humano e, na sociabilidade capitalista, “[...] a cidade do capital como locus primordial para o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção [...]” (Santos, Silva; 2018, p. 167), em um contexto de desenvolvimento espacial e geográfico desigual, em que a acumulação do capital acontece tendo como base fundante a produção e reprodução de desigualdade espacial, social, cultural e econômica (*ibid*), em que as necessidades desse processo são atendidas de forma prioritária em detrimento das necessidades humanas.

Em um contexto de crise estrutural do capital, essa realidade analisada se acirra. Ainda corroborando com as análises de Santos e Silva (2018), as autoras avaliam que, no capitalismo, “[...] as estratégias de enfrentamento da sua própria crise se processam mediante o total desprezo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

pelas necessidades reais da maioria da humanidade” (p. 167). Nesse sentido, as alternativas adotadas têm implicações nocivas às condições objetivas e subjetivas dos sujeitos e, com particularidades, nos direitos da classe trabalhadora.

Segundo Heller (1989), em conjunturas de crise, o preconceito, a discriminação e outras formas de violências têm um aumento substancial. Nesse sentido, as opressões contra as populações historicamente exploradas, a exemplo das pessoas LGBTI+ e povos negros, se constituem enquanto uma fundamentação para sua desumanização, exploração e a retirada de direitos que proporcionam minimamente sua cidadania.

Nesse íterim, Santos e Silva (2018) abordam que uma das estratégias da sociabilidade do capital, em um contexto de crise estrutural, trata-se de uma extinção da população LGBTI+, mediante desfinanciamento de políticas públicas voltadas a esse público, e deslegitimação de suas vivências, sobretudo a mais periférica, que, a partir das nossas análises, possuem cor e classe, são os segmentos LGBTI+ negros/as e da classe trabalhadora.

Em um contexto que faz parte do processo de urbanização das cidades a privatização dos espaços públicos, há uma tendência que os estratos do segmento LGBTI+ que podem pagar pelo acesso aos espaços de convivência comum entre os seus sintam menos os impactos nefastos adotados em contextos de crise do capital - tendo em vista que faz parte da estratégia capitalista cooptar o mercado do público LGBTI+, processo conhecido como *pink money*<sup>5</sup>, em que serviços e produtos são idealizados para população LGBTI+ consumir. Já os estratos mais pauperizados da população LGBTI+, são impelidos novamente aos guetos, em um contexto de violência e violação de direitos, os quais enfrentariam a LGBTIfobia que perpassa suas vidas em diferentes espaços.

A partir das análises realizadas, evidenciamos a questão de como uma sociedade pautada na desigualdade, como a sociedade de classes, sendo o capitalismo uma de suas formas, utiliza-se de elementos constitutivos da individualidade humana, como a diversidade no campo da raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, como “ [...] um caminho fértil para aprofundar exploração e disseminar violação de direitos, formas de preconceito e de discriminação” (Santos, 2019, p. 81). Nessa perspectiva, as diferentes expressões da diversidade humana não são compatíveis com as necessidades de reprodução do capital e, por esse motivo, Santos (2019) analisa que:

---

<sup>5</sup> Essa terminologia significa na língua portuguesa “dinheiro rosa”, adotada para se referir a empresas e mercadorias que são pensadas para atrair o público LGBTI+, feita algumas vezes, inclusive, por empresas que apresentam condutas LGBTIfóbicas. Ademais, em uma análise crítica da realidade, o *pink money* é utilizado, também, para causar uma sensação de “inclusão” da população LGBTI+, via aquisição de mercadorias, na sociabilidade do capital. Para maior discussão sobre essa categoria, ver Silva e Santos (2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

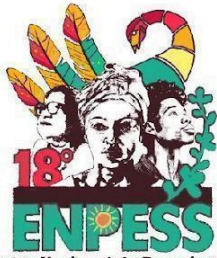
[...] a tendência histórica do capitalismo desde suas origens foi de homogeneizar culturas, modos de ser, viver e sentir. E, neste sentido, desconsiderar a diversidade humana ou incluí-la mediante a vigência de uma relação meramente formal e/ou mercantil, sem atenção programática e política às necessidades e reivindicações no campo do feminismo, das lutas antirracistas e em defesa da diversidade sexual, exceto quando for possível transformá-las em nichos lucrativos (Santos, 2019, p. 75-76).

Nesse ínterim, as análises sobre as vivências e acesso a direitos de populações historicamente oprimidas devem partir da existência concreta desses sujeitos e das estruturas sociais que a determinam. Além disso, os seres sociais não se tratam de sujeitos abstratos, e sim síntese das múltiplas determinações que incidem sobre eles em um determinado momento histórico, bem como a forma como eles se apropriam desse processo (Santos, 2019). Por esse motivo, ao analisar a vida da população LGBTI+, bem como as violências e violações de direitos que esse segmento é submetido, é necessário entender essa realidade a partir da imbricação de raça/etnia, gênero e classe social, pois só assim conseguiremos particularizar e entender a realidade dos sujeitos LGBTI+ negros/as.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma análise lukacsiana acerca do surgimento do ser social, como aqui analisado, é possível apreender a diversidade como componente ontológico da individualidade humana. Nesse sentido, os sujeitos se constituem enquanto indivíduos diversos no âmbito da sexualidade, no circuito político, raça/etnia, dentre outros. No entanto, em uma sociabilidade capitalista, que tem como fundamento a desigualdade social mediante exploração e opressão dos sujeitos, esse elemento constitutivo da individualidade humana é apropriado como um fundamento para adensar explorações e disseminar formas de preconceito e discriminação.

Nesse sentido, ao analisar a realidade de populações historicamente oprimidas e exploradas na sociabilidade capitalistas, a exemplo da população LGBTI+, é substancial historicizar esses sujeitos, bem como não tratá-los como indivíduos abstratos, mas sim como pessoas que possuem raça/etnia, gênero e classe social e que essas imbricações se consubstanciam e particularizam suas vivências. Assim, nossas investigações aqui abordadas evidenciam, a partir de uma análise teórica, a realidade de pessoas LGBTI+ negras e da classe



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

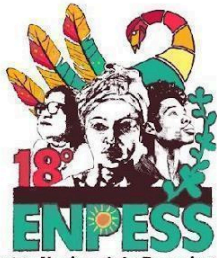
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

trabalhadora como vivências marcadas por determinações do racismo, do preconceito de classe e de gênero que particularizam e adensam a forma dessas pessoas vivenciarem sua sexualidade, bem como serem impactados pela LGBTIfobia, em uma sociabilidade hetero-patriarcal-racista-capitalista.

Por esse motivo, os sujeitos LGBTI+ negros/as da classe trabalhadora tem diferentes formas de acesso a direitos humanos na sociabilidade do capital que, embora encontrem limites estruturais para sua efetivação, se constituem em mediações estratégicas substanciais para o enfrentamento da realidade de violência que essa população vivencia no tempo presente. São esses sujeitos que, ao não poderem pagar pelos espaços de convivência comum do público LGBTI+, são impelidos novamente aos guetos; são as pessoas transexuais da classe trabalhadora que, por não poderem arcar com as altas taxas de cartórios para o processo de retificação do nome civil e inclusão do nome social em seus documentos, são expostos/as a situações de transfobia no mercado de trabalho e em âmbitos educacionais.

Assim, é evidente a incompatibilidade da sociedade de classes, sendo o capitalismo uma de suas formas, de conviver com a diversidade humana, bem como com a diversidade sexual, de gênero e racial. Por esse motivo, enquanto uma profissão que atua compromissada com os interesses da classe trabalhadora, o/a Assistente Social deve apreender que esta classe é diversa e heterogênea, elementos incompatíveis com a sociabilidade capitalista, sendo, por essa razão, compromisso profissional ter uma atuação com a direção social de transformação dessa ordem societária que limita a liberdade substantiva dos sujeitos e busca homogeneizar vivências mediante práticas de violência e violação de direitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: **Novos Estudos**, Cebrap, n. 86, mar. 2010.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho na ontologia de Lukács**. – 3. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016b.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. – 4. ed. – Maceió: Coletivo Veredas, 2016a.
- MIRLA, Cisne; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- OKITA, H.. **Homossexualidade da opressão a libertação**. São Paulo: Sundermann, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero Patriarcado Violência**. –2ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SANTOS, Silvana M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. In: **Revista Trabalho Necessário**. v.17, n.32. 2019.
- SANTOS, Silvana Mara Morais dos; SILVA, Andrea Lima da. O Legado do Marxismo na Análise do Direito à Cidade e da Diversidade Sexual. In: **Marxismo, Política Social e Direitos**, 2018.
- SANTOS, S. M. M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade**: as particularidades de luta pela liberdade de orientação sexual. Tese (Doutorado). Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2005.
- SILVA, Andrea Lima; SANTOS, Silvana M. M. “O sol não nasce para todos”: uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. In: **Revista Ser Social**, Brasília, v. 17, n. 37, 2015.
- VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. In: **Revista Tabuleiro de Letras**, PPGEL – Salvador, Vol.: 12, 2018.